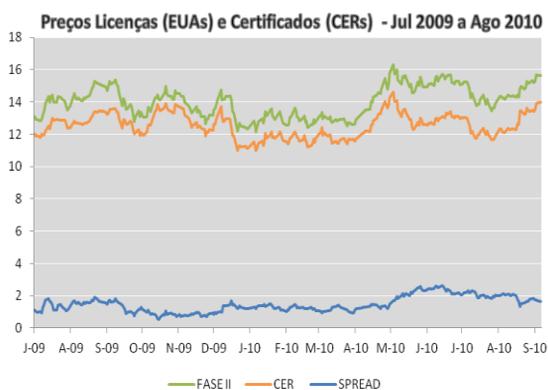


Mercados de CO₂



| valores em € | 30-Ago | Δ Mensal | % |
|--------------|--------|----------|--------|
| EUA Spot | 15,20 | 1,18 | 8,42% |
| Fut 2010 | 15,27 | 1,43 | 7,92% |
| Fut 2011 | 15,58 | 1,57 | 7,67% |
| Fut 2012 | 16,04 | 1,01 | 6,72% |
| CERs Spot | 13,39 | 1,37 | 11,40% |

| | 31-Ago | % |
|---------------------|--------|--------|
| UK Gas (NBP p/th) | 41,72 | 2,61% |
| Carvão (API2 USD/t) | 88,50 | -4,32% |
| Brent (USD/barrel) | 74,64 | -4,53% |
| Crude (USD/barrel) | 71,92 | -8,90% |
| German Baseload | 50,90 | 0,39% |

Inesperadamente Agosto revelou-se um mês de fortes subidas no mercado de carbono, tendo os preços das licenças (EUAs) e dos créditos de carbono (CERs) subido 8,4% e 11,4%, respectivamente. Sendo tipicamente uma época de baixos volumes e volatilidade, e na qual a maioria dos participantes industriais estão ausentes, o mercado não estaria à espera de seis semanas seguidas de forte subida, em particular quando os preços da electricidade no centro da Europa, altamente correlacionados com o preço do carbono, apresentaram no mesmo período uma razoável estabilidade. (cont. pág. 2)

Bjorn Lomborg

Nem mais céptico nem menos ambientalista – 180°, 90°, 30° ou 360°?

Bjorn Lomborg tem causado sensação nos últimos dias. O jornal britânico *the Guardian*, apresenta as ideias do seu mais recente livro "Smart Solutions to Climate Change" como sendo uma volta aparente de 180°. Mas será que este ambientalista céptico mudou realmente de ideias? Talvez ou nem por isso. (cont. pág. 2)

As Alterações Climáticas e a Construção

Qual o impacte da construção nas Alterações Climáticas?

À medida que os países se desenvolvem novas cidades consumidoras se expandem, crescendo também a competição pelo acesso e utilização de recursos e energia e, conseqüentemente, aumenta a sua pegada ecológica e de carbono. Desde a revolução industrial que ficámos (cada vez mais) dependentes de combustíveis fósseis para a geração de energia, os quais são responsáveis pela libertação de grandes quantidades de emissão de gases com efeito de estufa (GEE). Os estudos científicos que constituem a base das conclusões do IPCC prevêem que a temperatura média do Planeta possa subir até 6°C até ao final do século e que a causa mais provável é o carbono libertado através das nossas actividades. (Cont. pág. 3, 4 e 5)

Mercados de CO₂ (cont.)

Aparentemente, a principal razão para este movimento estará desta vez no mercado das CERs, ou seja, nos créditos de carbono provenientes do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto, que quer as empresas quer os Estados podem adquirir para cumprimento das suas responsabilidades.

As mais recentes informações e análises sobre este mecanismo, indicam que o volume de CERs a serem emitidas em 2010 e até 2012 será substancialmente menor do que o mercado estava a prever. Este corte, na prática, resulta numa maior pressão compradora de licenças de carbono por parte dos investidores industriais, que o fazem em substituição da aquisição de CERs que tinham previsto, mas que agora, com elevada probabilidade, não irá ocorrer. Face a tão fortes ganhos nas últimas seis semanas é previsível que as cotações do carbono tenham tendência a corrigir durante o mês de Setembro, não sendo no entanto de excluir que este sentimento positivo no mercado perdure por mais algum tempo. Em termos técnicos, as licenças de carbono encontram-se nos primeiros dias de Setembro muito próximas de um nível de resistência (€16). Uma quebra desta resistência poderá levar primeiro a uma subida dos preços, antes da esperada correcção.

Francisco Rosado
Director-Geral Ecotrade
frosado@ecotrade.pt

Bjorn Lomborg

Nem mais céptico nem menos ambientalista – 180°, 90°, 30° ou 360°? (cont.)

A “redução do grau de cepticismo” resulta da actualização do seu estudo de 2004. Àquela data, a resposta à pergunta “qual é a melhor maneira de gastar USD 50 mil milhões?” começava por lutar contra a malária e o Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA), sendo que os esforços para combater as alterações climáticas apareciam no final da lista.

Todavia, agora, com base em dados de 2008, a mesma análise demonstrou que políticas relacionadas com a mitigação apareciam a meio do *ranking*, o que fez com que o autor considerasse um leque mais vasto destas medidas, não só a política internacional para reduzir as emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) mas também um maior investimento na investigação e desenvolvimento de formas limpas de energia (solar, eólica, das ondas e nuclear) e engenharia climática, como seja a produção de nuvens “mais brancas” para diminuir a incidência de radiação solar na atmosfera e, assim, limitar o aquecimento.

Face a esta confrontação, numa entrevista exclusiva à revista *Foreign Policy*, Lomborg reitera que o seu “papel é ser um céptico ambiental, não um céptico climático – é uma realidade, está a acontecer e tem origem humana – mas impõe-se a questão: quais são as políticas para fazer bem?”

Este novo livro, *Smart Solutions to Climate Change*, faz também com que outros actores da cena climática mudem as suas posições em 180°: Pachauri (Presidente do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas) que havia comparado Lomborg a Hitler diz agora que “este livro providencia não só um repositório de informação sobre a realidade das alterações climáticas com origem antropogénica, mas levanta também questões fulcrais e examina opções viáveis”.

Quem mantém a sua posição inalterada é Howard Friel, autor do livro *The Lomborg Deception*: “se Lomborg estivesse realmente à procura de soluções smart, advogaria a favor do fim da guerra, que continua a desviar recursos escassos de tudo o que ele legitimamente defende como alvo de investimento”.

Mas mesmo aqui Lomborg defende que as soluções de eficiência talhadas para o mundo desenvolvido não são as adequadas para os países em desenvolvimento: estes “têm outras prioridades. Metade do mundo ainda não tem acesso a alimentação adequada, educação, água, saneamento e cuidados de saúde. A preocupação com os impactes que ocorrerão daqui a 100 anos seria um luxo. Não quer dizer que não se acautelem, mas há outras acções mais urgentes”. E exemplifica com o caso da União Europeia (UE): “a única política real que está já definida e em implementação é a da UE – com o objectivo de reduzir as emissões de GEE em 20% em 2020 face a 1990 e com um custo de USD 250 mil milhões que resultará na redução de 0,1 grau Fahrenheit no final do século.

Bjorn Lomborg Nem mais céptico nem menos ambientalista – 180°, 90°, 30° ou 360°? (cont.)

Caso se investissem USD 100 mil milhões em investigação o resultado já poderia ser 2 graus Fahrenheit. Outros USD 50 mil milhões deveriam ser gastos em adaptação nos países em desenvolvimento. Os remanescentes USD 100 mil milhões deveriam ser gastos em resolver os outros problemas do mundo: garantir o acesso a água potável, saneamento, cuidados básicos de saúde, entre outros, virtualmente a toda a população”.

Talvez 180° sejam 90°, 30° ou mesmo 360°: não é a capacidade de adaptação uma das características que define a inteligência humana?

Escrito com base em:

Artigo Guardian -

<http://www.guardian.co.uk/environment/2010/aug/30/bjorn-lomborg-climate-change-u-turn>

Entrevista da FP -

http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/09/03/interview_bjorn_lomborg?page=0,0

Inês Mourão

Consultora Sénior

imourao@ecoprogresso.pt

As Alterações Climáticas e a Construção (cont.)

Em Dezembro do ano passado, na Dinamarca, os líderes mundiais falharam em atingir um acordo internacional vinculativo que suceda ao actual Protocolo de Quioto, ficando ao critério de cada país a definição das Acções Nacionais de Mitigação Apropriadas para a redução de emissões a partir de 2012. Mas para encontrar as acções nacionais mais apropriadas é fundamental perceber como cada sector pode contribuir e quantificar potenciais de redução.

Ao nível global, o sector da construção é responsável por mais de um terço das emissões relacionadas com energia, sendo que em muitos países é a fonte mais importante (UNEP-SBCI, 2009).

Segundo as Nações Unidas numa análise de ciclo de vida de um edifício, 80% a 90% do uso de energia é consumido na fase de utilização operacional do mesmo (para aquecimento, ventilação, climatização, iluminação, electrodomésticos, entre outros) e os restantes 10% a 20% é consumido durante a fase de extracção e processamento de matérias primas, produção dos materiais de construção, na fase de construção e na fase de demolição. Para além disso, quantidades significativas de energia, e conseqüentemente, de emissões de carbono, são necessárias para o transporte dos ocupantes, trabalhadores, bens e serviços para e do próprio edifício (UNEP-SBCI, 2009).

Mas, como nos diz o último relatório do IPCC disponível, através de tecnologias existentes comercialmente viáveis, o sector da construção sozinho tem o maior potencial de redução de emissões, da ordem dos 30% a 50% sem investimentos significativos. As medidas à disposição são variadas: desde um desenho inteligente, melhoria das condições de isolamento térmico, utilização de electrodomésticos eficientes do ponto de vista energético, sistemas de ventilação e climatização eficientes bem como a adopção um comportamento adequado pelos seus ocupantes.

A experiência Britânica

Em relação à problemática das Alterações Climáticas, o Reino Unido não espera que se tomem decisões pela comunidade internacional para planear o seu futuro e passar à acção. Assim, assumiu unilateralmente um compromisso de redução em 80% das emissões de GEE até 2050, relativamente a 1990, numa demonstração de preocupação clara com a mitigação das Alterações Climáticas no longo prazo.

Numa visão inovadora foi construído um Plano de baixo carbono, onde pela primeira vez a nível governamental, foram definidos orçamentos de carbono (do inglês *carbon budgets*). A ideia é limitar a quantidade de emissões de carbono em cada sector da economia britânica e em períodos de 5 anos até 2050, para assegurar que as metas são cumpridas. A contribuição e responsabilidade individual de todos os actores está bem patente nesta decisão governamental.

O Reino Unido quer também constituir-se como um líder mundial de construção sustentável e, para isso, desenvolveu em 2008 uma Estratégia Nacional, prevendo acções específicas desenvolvidas pela indústria da construção e o próprio governo, organizações não governamentais entre outras partes interessadas, para caminhar no sentido de chegar mais perto dos compromissos nacionais assumidos, com especial importância na redução da pegada de carbono e da taxa de consumo de recursos naturais.

As Alterações Climáticas e a Construção (cont.)

Tendo em conta que os edifícios são responsáveis por cerca de metade das emissões de carbono do país de Gales, metade do consumo de água, um terço da deposição de resíduos em aterros e um quarto de todo o uso de matérias primas da economia nacional, a construção desempenha um papel central na prossecução de um desenvolvimento sustentável.

A estratégia é clara e foi desenhada olhando para os “fins” a que se destina e os “meios” disponíveis para os atingir. Os fins dizem respeito aos desafios ambientais actuais: a mitigação e adaptação às alterações climáticas, a biodiversidade, a água, os resíduos e uso de matérias primas. Os meios dizem respeito às práticas de procura de bens e serviços (*procurement*), *design*, inovação, formação das pessoas e melhor regulação.

Ao nível da mitigação, esta estratégia aspira atingir metas de redução na construção de novos edifícios, tendencialmente sem terem emissões de carbono no decurso da sua utilização anual (com elevada eficiência energética, com o mínimo de emissões e compensação das restantes), mas também com os edifícios existentes, onde se identificou um grande leque de oportunidades de redução, custo-eficazes e já disponíveis. Aqui, a reabilitação desempenha um papel fundamental representando um potencial de redução de cerca de 23 milhões de toneladas até 2020.

Na lista de medidas encontramos variados compromissos ambiciosos: desde edifícios do governo neutros em carbono até 2012; construção de novas residências sem carbono a partir de 2016, e edifícios de serviços a partir de 2019; melhorar a eficiência energética em 30% até 2020 até à introdução de um mercado de carbono à escala nacional obrigatório para grandes empresas consumidoras de energia privadas e do sector público visando a redução de 1,1 milhões de toneladas na emissão de GEE por ano até 2020.

Para isto um conjunto de acções foi levado a cabo, nomeadamente: a política de planeamento foi revista de forma a assegurar que as questões das alterações climáticas passam para o primeiro plano nos objectivos definidos, os regulamentos de construção de edifícios também foram alterados, surgiram códigos de boas práticas para edifícios sustentáveis, foi implementado um sistema de certificados energéticos, foram impostas obrigações aos próprios fornecedores de energia para poupança de emissões dos seus consumidores, definiram-se incentivos financeiros e reforçaram-se as acções de educação e sensibilização.

Ao nível da adaptação, face aos impactes previstos, ou seja, eventos climáticos extremos mais frequentes e intensos, o Reino Unido está preocupado em tornar os seus edifícios resilientes e adaptáveis, com sistemas de climatização adequados nomeadamente através da ventilação, limitar os ganhos de um maior aumento de exposição solar dos mesmos através da revisão dos regulamentos de construção dos edifícios, estudar e re-avaliar o risco de cheias e promover a utilização eficiente de água.

Os desafios para Portugal

Para monitorizar as emissões de GEE nacionais todos os anos é elaborado um Inventário pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), sendo que em 2008, último ano com valores oficiais, as emissões totais contabilizadas estimaram-se em 78,4 milhões de toneladas de GEE (Mt CO₂e), o que representa um aumento de 30% comparado com o ano de 1990, ou seja, 6% acima do caminho tendencial para atingir o objectivo do Protocolo de Quioto.

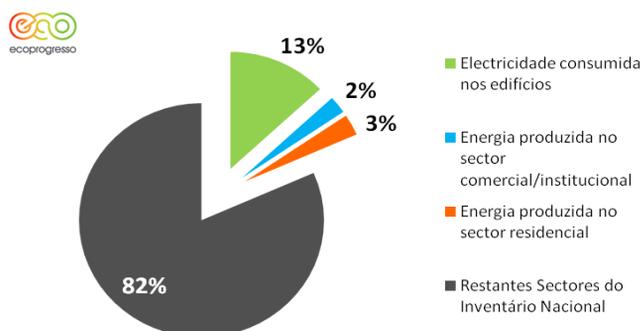


Figura 1 – Contribuição das emissões dos edifícios residenciais e serviços para o total Nacional

Olhando para as emissões de GEE, na perspectiva ciclo de vida do sector da construção, verificamos que na fase de utilização dos edifícios em Portugal (sector doméstico e residencial), ao consumo de electricidade (segundo informação do balanço energético da Direcção Geral de Energia e Geologia) corresponderam 10,3Mt de CO₂e libertados pelas centrais termoeléctricas nacionais (emissões indirectas), o consumo de outros tipos de energia corresponderam cerca de 4,2Mt de CO₂e. Estas emissões da fase de utilização dos edifícios portugueses representam cerca de 18% do total de emissões nacionais. Segundo informação do balanço energético da Direcção Geral de Energia e Geologia As outras fases do ciclo não se conseguem individualizar a partir da informação disponibilizada pelo inventário nacional (as outras fases do ciclo não se conseguem individualizar a partir da informação disponibilizada pelo inventário nacional).

As Alterações Climáticas e a Construção (cont.)

Uma estratégia para a construção sustentável em Portugal, por enquanto ausente, que se preocupe com os desafios das Alterações Climáticas, passará, sem dúvida por contar com os vários intervenientes de todo o ciclo de vida deste sector: arquitectos, construtores, responsáveis pelo planeamento, utilizadores, organizações de ambiente entre outras partes interessadas, podem encontrar-se inúmeras oportunidades para tornar os edifícios portugueses menos intensivos em carbono e por outro lado mais resilientes às consequências das Alterações Climáticas.

UNEP-SBCI. 2009. *Protocol for Measuring Energy Use and Reporting Greenhouse Gas Emissions from Building Operations – Draft for pilot testing*. United Nations Environment Program, United Nations Environment Program – Sustainable Buildings & Climate Initiative (UNEP - SBCI), World Resources Institute.

Ana Martins
Consultora

amartins@ecoprogresso.pt

Scaling Up CDM Programático (PCDM): alternativas para projectos de redução de emissões em Países em Desenvolvimento

A Ecoprogresso tem vindo, desde há vários anos, a ter um papel activo no desenvolvimento de projectos que se enquadram no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM, do inglês *Clean Development Mechanism*), em especial na China e no Brasil. Existe, actualmente, um nível de conhecimento considerável relativamente ao desenvolvimento de projectos CDM, nomeadamente ao nível da disponibilidade e aplicabilidade de metodologias existentes e aprovadas pelo *Executive Board* (órgão das Nações Unidas responsável pela aprovação destes projectos e definição dos mesmas, entre outras funções).

Em estado menos avançado encontra-se o CDM Programático (PCDM)/Programa de Actividades (PoA, do inglês *Programme of Activities*), que permite num único programa: incluir diferentes projectos, usar uma combinação de diferentes metodologias de forma uniforme ou ainda integrar actividades em diferentes regiões ou mesmo países.

Esta poderá, por exemplo, ser uma oportunidade para países Africanos nos quais a dimensão de alguns projectos não justificava uma submissão como projecto de CDM, devido ao custo e carga burocrática inerentes ao processo, mas como PoA poderão tornar-se financeiramente mais interessantes. Por tudo isto o PCDM tem um elevado grau de escalabilidade e replicabilidade.

Contudo, ao nível dos Programas de Actividades (PoA) existem aspectos específicos relacionados com o desenho, desenvolvimento, implementação e gestão que ainda não são suficiente e correctamente dominados por parte de donos de projecto, compradores de créditos de carbono, Autoridades Nacionais Designadas (ANDs), Entidades Operacionais Designadas (OEDs) responsáveis pela verificação dos projectos e outros *players* do mercado de carbono. Desta forma a Ecoprogresso tem vindo a envolver-se activamente, em particular no mercado Chinês, num esforço de capacitação e alerta dos *players* do mercado de carbono para o potencial de redução de emissões “escondido” neste tipo de projectos e que até à data tem sido relativamente negligenciado pelo mercado.

Neste contexto a Ecoprogresso, enquanto representante e Vice-Chair do *Carbon Market Working Group da European Union’s – China Chamber of Commerce* (EUCCC) elaborou a secção do *Position Paper* anual sobre PCDM (http://www.eurochamber.com.cn/images/documents/marketing_department/beijing/publications/2010/carbon_market1.pdf) e está a posicionar-se na linha da frente em termos de conhecimento deste tipo de projectos para poder auxiliar na exploração e aproveitamento de novas oportunidades com os nossos parceiros e clientes em termos de estratégias globais de redução de emissões que vão para além e complementem o “tradicional” CDM.

De acordo com dados de 8 de Setembro de 2010 do site da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (CQNUAC) nos últimos 13 meses (entre Julho de 2009 e final de Agosto de 2010) um total de cinco PoAs foi registado nos seguintes países: Honduras, Índia, Uganda, Brasil e México. Na mesma data o número de projectos CDM registados era de 2360. Já de acordo com dados de UNEP RISO Centre (<http://uneprisoe.org/>) de 1 de Setembro a *pipeline* de PCDM a nível mundial era de 51 PoAs.

Renato Roldão
Chief Representative Officer
rroldao@ecoprogresso.pt

Conferência do BCSD é carbonfree

A 10ª Conferência Anual do BCSD Portugal subordinada ao tema "Visão de um Futuro Sustentável" é carbonfree. Vai realizar-se no próximo dia 16 de Setembro, no âmbito do *Green Festival* no Centro de Congressos do Estoril. As emissões associadas à realização deste evento serão compensadas através da anulação de licenças de emissão do Comércio Europeu de Licenças de Emissão.

WORKSHOP: "AS NOVAS REGRAS DO CELE PARA O PÓS-2012

DATA DE REALIZAÇÃO: 22 de Setembro 2010

APEMETA EM PARCERIA COM A ECOPROGRESSO

PROGRAMA E CONDIÇÕES:

<http://www.apemeta.pt/edicoes/apemeta/Desenvolvimento.asp?zona=76&artigo=10678&site=13&rev=30>

Inscrições Limitadas a 30 Participantes

Mais Informações:

Raquel Veríssimo

Tel: 21 750 60 00/05

raquel.verissimo@apemeta.pt

O Workshop será Carbonfree.



NOTA:

Os textos desta *newsletter* não foram escritos de acordo com o novo acordo ortográfico.

A Ecoprogresso é uma empresa:



Para mais informações contacte:

Maria João Ramos | Departamento de Comunicação
mramos@ecoprogresso.pt
T +351 217 981 210



Para Trading de Licenças contacte:

Francisco Rosado | Departamento de Trading
frosado@ecotrade.pt
T +351 217 981 212